

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2014

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2014, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 24º Andar, CEP 70073-901, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2014, tinha 98,8% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do contrato, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) antecipadamente ou de forma diluída ao longo do contrato. A BB Leasing oferece, ainda, o Leasing Finame, que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

EMISSÕES DE DEBÊNTURES

Em 2014, foram emitidas 20 milhões de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação e prazo de dez anos, no valor total de R\$ 20 bilhões, repetindo a estratégia do primeiro semestre de 2013.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de leasing vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

O crescimento da participação dos arrendamentos de máquinas e equipamentos vem sendo observado há algum tempo e demonstra o potencial do leasing para fomentar a produção da indústria nacional.

CARTEIRA

Em 31.12.2014, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 4.085 operações ativas, representando um saldo de R\$ 533,2 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 334 operações ativas e saldo de R\$ 6,6 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 45,8% para serviços, 32,0% para indústria, 21,0% para comércio e 1,2% para pessoas físicas. Veículos e afins se destacaram com 50,3% e máquinas e equipamentos apresentaram 34,7%.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE	48.681.075	24.566.164
Disponibilidades (Nota 4)	160	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	3.350.501	3.164.488
Aplicações no mercado aberto	3.350.501	3.164.488
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	45.330.691	21.405.682
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.b)	45.330.691	21.405.682
Operações de Arrendamento Mercantil	(15.982)	(16.254)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado (Nota 7.a)	134.200	143.302
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7.a)	(132.849)	(140.008)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil) (Nota 7.f)	(17.333)	(19.548)
Outros Créditos	13.837	11.094
Diversos (Nota 8.a)	13.837	12.053
(Provisão para outros créditos) (Nota 8.b)	--	(959)
Outros Valores e Bens	1.868	1.153
Outros valores e bens (Nota 9.a)	913	907
(Provisões para desvalorização) (Nota 9.a)	(373)	(373)
Despesas antecipadas (Nota 9.b)	1.328	619
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	284.738	314.927
Operações de Arrendamento Mercantil	(8.981)	(5.043)
Arrendamento e subarrendamentos a receber - setor privado (Nota 7.a)	164.401	161.343
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Nota 7.a)	(164.401)	(161.343)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil) (Nota 7.f)	(8.981)	(5.043)
Outros Créditos	293.407	319.299
Diversos (Nota 8.a)	294.493	319.299
(Provisão para outros créditos) (Nota 8.a)	(1.086)	--
Outros Valores e Bens	312	671
Despesas antecipadas (Nota 9.b)	312	671
PERMANENTE	852.513	1.081.126
Investimentos	--	--
Outros investimentos	520	520
(Provisão para perdas)	(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	852.513	1.081.126
Bens arrendados (Nota 10.a)	973.189	1.220.875
(Depreciação acumulada) (Nota 10.c)	(120.676)	(139.749)
TOTAL DO ATIVO	49.818.326	25.962.217

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 2014, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro da Empresa no período foi de R\$ 232.131 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações de arrendamento mercantil e operações com títulos e valores mobiliários.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de risco do Conglomerado financeiro e realiza a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da empresa, de forma individualizada, com periodicidade semestral.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das commodities.

No exercício de 2014 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. Adicionalmente é importante destacar que eventuais exposições da empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

As exposições referentes às operações de leasing são consideradas na carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias, tolerância a risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de leasing. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no processo de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações de leasing.

O saldo em operações de leasing totalizou R\$ 539,8 milhões em dez/14, o que representa um aumento de 3,04% em relação a dez/13. O índice de inadimplência a partir de 90 dias, registrou aumento de 0,02 p.p. em relação ao mês de dez/13, passando de 3,11% para 3,13% em dez/14.

RISCO OPERACIONAL

A Empresa possui convênio com o BB para rateio/ressarcimento de despesas e custos utilizando quadro de pessoal, espaço físico e demais recursos do BB. Nesse sentido, adota as políticas, normas e procedimentos definidos para o BB.

A Unidade de Risco Operacional orienta a Empresa para aprimoramento do processo de gestão do risco operacional, bem como a identificação e análise das perdas operacionais, visando à implementação de ações para redução desse risco.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2014, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento do crédito voltado para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE	164.390	97.065
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	418	607
Finame (Nota 12.a)	418	607
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.992	378
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.b)	1.992	378
Outras Obrigações	161.980	96.080
Sociais e estatutárias (Nota 13.a)	29.187	39.900
Fiscais e previdenciárias (Nota 13.b)	120.738	32.651
Diversas (Nota 13.c)	12.055	23.529
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	45.760.741	22.148.958
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	45.307.873	21.404.623
Recursos de debêntures (Nota 11.a)	45.307.873	21.404.623
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	972	1.352
Finame (Nota 12.a)	972	1.352
Outras Obrigações	451.896	742.983
Fiscais e previdenciárias (Nota 13.b)	138.153	182.804
Diversas (Nota 13.c)	313.743	560.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.893.195	3.716.194
Capital	3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País (Nota 16.a)	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	631.335	454.334
(Nota 16.b)		
TOTAL DO PASSIVO	49.818.326	25.962.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.783.721	4.548.628	2.286.189
Operações de crédito (Nota 7.g)	3.872	6.964	10.311
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7.b)	200.276	451.089	727.884
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5.b)	176.472	330.632	244.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.c)	2.403.101	3.759.943	1.303.035
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.560.795)	(4.131.646)	(1.950.659)
Operações de captação no mercado (Nota 11.b)	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 12.b)	(22)	(48)	(123)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 7.b)	(157.569)	(367.493)	(635.894)
Provisões para arrendamentos/outros créditos (Nota 6.c)	(16.413)	(24.271)	(12.076)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	222.926	416.982	335.530
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(19.850)	(40.863)	(39.430)
Despesas de pessoal (Nota 14.a)	(882)	(2.071)	(1.632)
Outras despesas administrativas (Nota 14.b)	(4.127)	(6.970)	(4.396)
Despesas tributárias (Nota 17.c)	(12.516)	(23.355)	(25.183)
Outras receitas operacionais (Nota 14.c)	5.392	10.692	5.206
Outras despesas operacionais (Nota 14.d)	(7.717)	(19.159)	(13.425)
RESULTADO OPERACIONAL	203.076	376.119	296.100
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1	(1)	63
Receitas não operacionais (Nota 15)	1	1	70
Despesas não operacionais	--	(2)	(7)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	203.077	376.118	296.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(80.182)	(143.987)	(79.088)
(Nota 17.a)			
LUCRO LÍQUIDO	122.895	232.131	217.075
Número de Ações	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)	40,97	77,38	72,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	203.077	376.118	296.163
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	151.901	358.427	615.488
Reforço de provisão para operações de arrendamento mercantil	16.356	24.145	11.976
Reforço de provisão para outros créditos	57	127	99
Depreciações de bens arrendados	106.393	210.918	260.048
Amortização de perdas	11.925	25.999	27.010
Superveniência de depreciação	14.884	90.170	313.160
Reforço de provisões civis e fiscais	2.286	7.068	3.195
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	354.978	734.545	911.651
Variações Patrimoniais	(2.505.435)	(24.277.756)	(22.277.957)
Redução em Operações de arrendamento mercantil	735	1.944	1.974
(Aumento) em Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.c)	(2.403.101)	(23.923.395)	(21.406.778)
Redução em Outros créditos líquidos dos créditos tributários	68.745	83.423	162.476
(Aumento) em Despesas antecipadas	(219)	(357)	3.527
(Redução) em Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 17.a)	(22.879)	(79.677)	(297.813)
(Redução) em Outras obrigações	(148.716)	(359.694)	(741.343)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(2.150.457)	(23.543.211)	(21.366.306)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(139.953)	(320.735)	(234.639)
Alienação de imobilizado de arrendamento	82.417	199.840	401.124
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(57.536)	(120.895)	166.485
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em Obrigação por emissão de debêntures	2.386.770	23.903.250	21.404.623
(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(249)	(569)	(1.990)
Dividendos pagos	(26.460)	(52.403)	(23.271)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.360.061	23.850.278	21.379.362
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	152.068	186.172	179.541
Início do período	3.198.593	3.164.489	2.984.948
Fim do período	3.350.661	3.350.661	3.164.489
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	152.068	186.172	179.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2012	3.261.860	18.939	269.876	--	3.550.675
Lucro Líquido do Exercício (Nota 16.c)	--	--	--	217.075	217.075
Destinações:					
Reservas (Nota 16.c)	--	10.853	154.666	(165.519)	--
Dividendos (R\$ 17.185,33 por lote de mil ações) (Nota 16.c)	--	--	--	(51.556)	(51.556)
Saldos em 31.12.2013	3.261.860	29.792	424.542	--	3.716.194
Mutações do Exercício	--	10.853	154.666	--	165.519
Saldos em 30.06.2014	3.261.860	35.254	502.373	--	3.799.487
Lucro Líquido					

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2014

Notas Explicativas

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 24º andar, Ed. Sede III – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23/02/2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foi realizada, para fins de comparabilidade e de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a reclassificação da rubrica "Outras despesas operacionais", para a reversão/baixa de provisão para passivos contingentes, para a rubrica "Outras receitas operacionais".

Demonstração do Resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2013	Exercício/2014	Exercício/2015
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras receitas operacionais	3.943	1.263	5.206
Outras despesas operacionais	(12.162)	(1.263)	(13.425)

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Aliquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves – 10%, instalações – 10%, embarcações – 5% a 20%, veículos e afins – 10% a 25%, máquinas e equipamentos – 10% a 33,3%, imóveis – 4%, móveis – 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.a) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	160	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	3.350.501	3.164.488
Total	3.350.661	3.164.489

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	3.350.501	3.164.488
Total	3.350.501	3.164.488
Ativo circulante	3.350.501	3.164.488

b) – Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	176.472	330.627	244.959
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	–	5	–
Total	176.472	330.632	244.959

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2014 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de Swap, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

	R\$ mil		
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	89.862.986	45.305.331	45.330.691
Contratos de opções – de compra - Pré	44.931.493	629.174	797.577
Contratos de opções – de venda - Pré	44.931.493	44.676.157	44.533.114
Ativo circulante	–	–	45.330.691
Posição passiva	45.305.331	5.436	1.992
Contratos de swap – CDI/Pré	45.305.331	5.436	1.992
Passivo circulante	–	–	1.992
Operações com prazo de vencimento de 31 a 60 dias.	–	–	–

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Mercado de opções- box duas pontas	2.404.250	3.762.363	1.329.652
Swap	(1.149)	(2.420)	(26.617)
Total	2.403.101	3.759.943	1.303.035

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2014	31.12.2013
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	298.601	304.645
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	298.601	304.645
Ativo circulante	134.200	143.302
Ativo realizável a longo prazo	164.401	161.343

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2014	31.12.2013
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(297.250)	(301.351)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Ativo circulante	(132.849)	(140.008)
Ativo realizável a longo prazo	(164.401)	(161.343)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Receitas de arrendamento mercantil	200.276	451.089	727.884
Arrendamentos financeiros	200.276	451.089	727.884
Despesas de arrendamento mercantil	(157.569)	(367.493)	(635.894)
Arrendamentos financeiros	(157.559)	(367.425)	(635.777)
Arrendamentos operacionais	(10)	(68)	(117)
Total	42.707	83.596	91.990

c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	R\$ mil	%	R\$ mil	%
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2013
Setor Privado – no país	539.830	100	523.913	100
Serviços	246.987	45,8	246.588	47,1
Indústria	172.529	32,0	160.600	30,6
Comércio	113.661	21,0	83.120	15,9
Pessoa Física	6.653	1,2	33.605	6,4

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	R\$ mil	R\$ mil
	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	298.601	304.645
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 10.a)	852.513	1.081.057
Créditos por antecipação de valor residual	(314.046)	(560.438)
Outros créditos	12	–
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outras créditos	539.830	523.913

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

	Operações em Curso Normal								R\$ mil	R\$ mil	
									31.12.2014	31.12.2013	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vencidas											
01 a 30	14.766	2.778	4.840	667	19	1.282	34	27	150	24.563	27.606
31 a 60	15.169	2.919	5.070	642	36	1.277	42	31	160	25.346	28.840
61 a 90	13.461	2.687	4.465	565	36	1.155	41	21	144	22.575	24.343
91 a 180	40.063	7.863	13.611	1.731	109	2.606	120				

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2014

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	R\$ mil	
	2º Sem/2014	Exerc/2014
Saldo inicial	1.029	959
Reforço/(reversão)	45	115
Saldo final ⁽¹⁾	1.074	1.074
Ativo circulante	--	--
Ativo realizável a longo prazo	1.074	1.074

(1) Corresponde ao saldo da provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito.

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Máquinas e equipamentos	558	559
Veículos e afins	269	262
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	913	907
(Provisão para desvalorização) ⁽¹⁾	(373)	(373)
Total	540	534
Ativo circulante	540	534

(1) Trata-se de provisão para bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Despesas de comercialização de seguros ⁽¹⁾	1.287	407
Comissões pela colocação de debêntures	352	207
Comissões para intermediação de crédito ⁽²⁾	1	676
Total	1.640	1.290
Ativo circulante	1.328	619
Ativo realizável a longo prazo	312	671

(1) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

(2) Refere-se a comissões pagas a lojistas – leasing de veículos. As despesas são apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	971.505	1.215.759
Veículos e afins	417.848	598.808
Máquinas e equipamentos	432.210	475.614
Aeronaves	28.510	35.208
Móveis	17.474	18.790
Instalações	11.700	14.128
Imóveis	7.862	7.862
Embarcações	9.643	5.677
Outros	46.258	59.672
Perdas em arrendamentos a amortizar ⁽¹⁾	104.174	108.167
Outros bens	1.950	1.950
Amortização acumulada ⁽¹⁾	(59.866)	(50.445)
Superveniências de depreciações	315.697	552.207
Depreciação acumulada	(436.373)	(691.956)
Diferido	1.684	5.047
Perdas em arrendamentos a amortizar	16.258	30.878
Amortização acumulada do diferido	(14.574)	(25.831)
Subtotal	852.513	1.081.057

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 31.12.2014.

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamento operacional		
Diferido		
Perdas em arrendamentos a amortizar	--	819
Amortização acumulada do diferido	--	(750)
Subtotal	--	69
Total	852.513	1.081.126

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente	853.864	1.084.351
Credores por antecipação de valor residual	314.046	560.438
Valor presente das operações de arrendamento	539.818	523.913
(-) Valor contábil das operações	538.167	532.144
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	298.601	304.645
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Valores residuais a realizar	353.755	315.491
Valores residuais a balancear	(353.755)	(315.491)
Bens arrendados	971.505	1.215.759
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(436.373)	(691.956)
Perdas em arrendamentos a amortizar	16.258	30.878
Amortização acumulada	(14.574)	(25.831)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	315.697	552.207

c) Depreciação Acumulada

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(436.373)	(691.956)
(-) Superveniências de depreciações	315.697	552.207
(=) Depreciação acumulada	(120.676)	(139.749)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2014	31.12.2013
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	23.717.790	21.404.623
Maió/2014	20.000.000	2024	100% CDI	21.590.083	--
Total				45.307.873	21.404.623
Passivo exigível a longo prazo				45.307.873	21.404.623

b) Despesas de Captações no Mercado

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Remuneração – juros ⁽¹⁾	(2.386.771)	(3.739.800)	(1.302.524)
Outros	(20)	(34)	(42)
Total	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	R\$ mil				
		até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos
BNDES/Finame	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	114	304	491	427	54
						1.390
Passivo circulante						418
Passivo exigível a longo prazo						972
Total						1.352

A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 – item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Despesas de obrigações por repasses – BNDES/Finame	(22)	(48)	(123)
Total	(22)	(48)	(123)

13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 16.c)	29.187	39.900
Total	29.187	39.900
Passivo circulante	29.187	39.900

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.d)	150.960	193.691
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	88.150	8.418
Provisão para riscos fiscais (Nota 20.a)	17.628	12.238
Impostos e contribuições a recolher	2.156	1.108
Total	258.891	215.455
Passivo circulante	120.738	32.651
Passivo exigível a longo prazo	138.153	182.804

d) Diversas

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Credores por antecipação de valor residual ⁽¹⁾	314.046	560.438
Provisão para demandas cíveis (Nota 20.a)	6.346	4.663
Credores diversos – país ⁽²⁾	3.783	13.073
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽³⁾	1.623	5.534
Total	325.798	583.708
Passivo circulante	12.055	23.529
Passivo exigível a longo prazo	313.743	560.179

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Inclui o montante de R\$ 3.111 mil (R\$ 12.273 mil em 31.12.2013), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

(3) Inclui o montante de R\$ 1.359 mil (R\$ 5.153 mil em 31.12.2013), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Proventos	(516)	(1.213)	(888)
Encargos sociais	(257)	(612)	(479)
Honorários – Conselho fiscal	(71)	(152)	(177)
Benefícios	(38)	(94)	(88)
Total	(882)	(2.071)	(1.632)

b) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Serviços do sistema financeiro	(3.397)	(5.608)	(2.931)
Remuneração de agenciamento e corretagem	(221)	(450)	(606)
Seguros	(209)	(330)	(297)
Emolumentos judiciais e cartorários	(115)	(170)	(224)
Outras	(185)	(412)	(338)
Total	(4.127)	(6.970)	(4.396)

c) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Reversão de provisão para passivos contingentes	3.992	8.327	3.116
De devedores por depósitos em garantia	1.032	1.857	1.413
Recuperação tributária – Benefício Fiscal ⁽¹⁾	--	--	279
Outras	368	508	398
Total	5.392	10.692	5.206

(1) Em 2013, efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários – Refis (Nota 20.d).

d) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Provisão para passivos contingentes	(6.279)	(15.397)	(6.310)
Atualização monetária de dividendos	(516)	(1.401)	(400)
BB – suporte operacional	(258)	(605)	(542)
Registro de contratos	(280)	(471)	(110)
Remuneração a lojistas – leasing veículos	(73)	(675)	(3.742)
Atualização de impostos e contribuições sobre lucros	--	--	(1.665)
Outras	(311)	(610)	(656)
Total	(7.717)	(19.159)	(13.425)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Receitas não operacionais	1	1	70
Recebimento extrajudicial	--	--	56
Lucros na alienação de valores e bens	1	1	12
Reversão de provisão não operacional	--	--	2
Despesas não operacionais	--	(2)	(7)
Desvalorização de outros valores e bens	--	--	(2)
Prejuízo em transações com valores e bens	--	(2)	(5)
Total	1	(1)	63

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2014 e 31.12.2013 está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 3.893.195 mil (R\$ 3.716.194 mil em 31.12.2013) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.297,73 por ação (R\$ 1.238,73 por ação em 31.12.2013).

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Reserva legal	41.399	29.792
Reserva estatutária	589.936	424.542
Margem operacional	589.936	424.542
Total	631.335	454.334

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Base de cálculo:	116.750	220.524	206.222
Lucro líquido	122.895	232.131	217.075
Reserva legal constituída no período	6.145	11.607	10.853
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	29.187	55.130	51.556
Total destinado ao acionista	29.187	55.130	51.556
Reserva estatutária	87.563	165.394	154.666
Lucro líquido após as destinações	--	--	--

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

17 – TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

||
||
||

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2014

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	33.110	30.515
Em 2016	29.929	24.893
Em 2017	42.684	32.383
Em 2018	35.808	25.174
Em 2019	38.762	25.380
A partir de 2020	96.576	56.179
Total	276.869	194.524

No exercício de 2014, observou-se a realização dos créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 276.984 mil, correspondente a 785,48% da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado no encerramento de 2013 (R\$ 35.263 mil).

18 – PARTES RELACIONADAS

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing foram de R\$ 152 mil (R\$ 177 mil no exercício de 2013).

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 31.12.2014 e 31.12.2013 e seus respectivos resultados:

	R\$ mil		
	31.12.2014	31.12.2013	
Ativos			
Disponibilidades	(Nota 4)	160	1
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	(Nota 5.a)	3.350.501	3.164.488
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	45.330.691	21.405.682
Valores a receber de sociedades ligadas		215	240
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	1.992	378
Recursos de debêntures	(Nota 11.a)	45.307.873	21.404.623
Dividendos e bonificações a pagar	(Nota 13.a)	29.187	39.900
Valores a pagar a sociedades ligadas	(Nota 13.c)	1.623	5.534

Demonstração do Resultado	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013	
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5.b)	176.472	330.632	244.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c)	2.403.101	3.759.943	1.303.035
Despesas de captação no mercado	(Nota 11.b)	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a)	(882)	(2.071)	(1.632)
Remuneração de agenciamento e corretagem	(Nota 14.b)	(221)	(450)	(606)
BB-suporte operacional	(Nota 14.d)	(258)	(605)	(542)
Outras despesas administrativas		(113)	(172)	(419)
Atualização monetária de dividendos	(Nota 14.d)	(516)	(1.401)	(400)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 14.b)	(115)	(170)	(224)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
 Diretoria e ao Acionista da
 BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
 Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

Administração da BB Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Para cumprimento da Resolução CMN nº 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria único foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2015.

Egídio Otmar Ames (Coordenador)
 Antônio Carlos Correia
 Elvio Lima Gaspar
 Henrique Jäger

Movimentações nas provisões para demandas Fiscais e Cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil		
	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Demandas fiscais			
Saldo inicial	16.695	12.238	10.028
Constituição	4.112	12.320	2.962
Reversão da provisão	(3.182)	(6.933)	(752)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	17.625	17.625	12.238
Demandas cíveis			
Saldo inicial	4.989	4.663	3.679
Constituição	2.167	3.077	3.348
Reversão da provisão	(810)	(1.394)	(2.364)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	6.346	6.346	4.663
Total	23.971	23.971	16.901

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas cíveis	607.121	571.386
Demandas fiscais	70.028	50.974
Total	677.149	622.360

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	31.12.2014	31.12.2013
Demandas cíveis	23.293	19.491
Demandas fiscais	5.311	4.971
Total	28.604	24.462

d) Obrigações Legais

Em novembro de 2013, a BB Leasing utilizou-se da prerrogativa do artigo 17 da Lei nº 12.865/2013 (programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários), que reabriu, até 31 de dezembro 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009.

Na BB Leasing, o processo incluído nesse programa refere-se ao questionamento sobre a dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa.

O total líquido resultante da adesão ao programa foi de R\$ 1.918 mil (Notas 14.c e 17.b).

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2014, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Lei nº 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva a BB Leasing aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. A BB Leasing não exerceu a opção pela sua aplicação no exercício de 2014 e observará a aplicação dos seus dispositivos a partir do exercício de 2015.

c) Lei nº 13.097 (Conversão da MP 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4



Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2015.

Claudia da Costa Martinelli Wehbe
 Conselheira

Rodrigo Estrela de Carvalho
 Conselheiro

Ricardo Botelho
 Presidente

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Antonio Mauricio Maurano

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

José Mauricio Pereira Coelho

DIRETOR-GERENTE

Sandro José Franco

CONSELHO FISCAL

Ricardo Botelho (Presidente)

Claudia da Costa Martinelli Wehbe

Rodrigo Estrela de Carvalho

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames (Coordenador)

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Henrique Jäger

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87